

Curso virtual IPPDH-OIM: Direitos Humanos e Política Migratória

I. Apresentação

O curso virtual ***Direitos Humanos e Política Migratória*** pretende promover a reflexão e o intercâmbio sobre as práticas da função consular na gestão migratória e na atenção da população migrante sob uma perspectiva de direitos humanos.

Nos diferentes espaços de integração do âmbito sul-americano vem sendo determinada a necessidade de promover mecanismos de formação orientados a somar esforços nas estratégias de promoção, aplicação e desenvolvimento de práticas respeitadas dos padrões de direitos humanos no contexto da migração, e a formação de funcionários vinculados a essa temática. Porém, nas estratégias de capacitação desenvolvidas até hoje não foram promovidas ações que levem em conta as especificidades das funções consulares e seu impacto na população migrante em situação de vulnerabilidade.

Nesse sentido, para a incorporação da perspectiva de direitos humanos às políticas públicas migratórias é necessário trabalhar com as esferas políticas que tomam decisões e definem o marco de governabilidade nos países. Daí a importância de fomentar a incorporação da perspectiva de direitos humanos na prática consular da região e contribuir à promoção e proteção dos direitos humanos da população migrante na América do Sul.

O curso é oferecido conjuntamente pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) e pelo Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH), com o objetivo de fornecer ferramentas de formação no campo dos direitos humanos e das políticas migratórias para funcionários consulares.

A presente proposta de formação procura consolidar tanto a perspectiva de direitos humanos no desempenho das funções consulares, quanto facilitar a discussão e a reflexão sobre a incorporação deste enfoque em todas as intervenções no marco dos processos migratórios da região.

O curso permitirá, ao mesmo tempo, o intercâmbio de boas práticas e o estudo de casos sob a perspectiva consular, o que resulta fundamental para promover as estratégias regionais de cooperação nesta matéria, o aprimoramento das políticas migratórias nacionais e os esforços regionais desenvolvidos até hoje para a proteção da população migrante.

II. Objetivos

O curso procura favorecer a incorporação da perspectiva de direitos humanos na prática cotidiana dos funcionários consulares, gerando não somente uma melhor atenção dos cidadãos do país de origem, mas também um impacto positivo na vinculação com as políticas migratórias nacionais e nos esforços regionais de proteção da população migrante.

Como objetivos específicos, destacamos:

- Oferecer conhecimentos teóricos sobre os principais padrões internacionais e regionais (no âmbito universal, interamericano e do MERCOSUL) em matéria de direitos humanos e proteção da população migrante com uma perspectiva de gênero e geracional.
- Promover o intercâmbio de boas práticas, por meio da análise da abordagem de casos da prática habitual dos destinatários, a fim de fortalecer as estratégias nacionais e regionais de cooperação nesta matéria.
- Fornecer ferramentas aos participantes para que, em suas respectivas áreas de responsabilidade, promovam e apliquem uma perspectiva de direitos humanos a todas as intervenções no contexto da migração e a prevenção de medidas que possam resultar discriminatórias.
- Gerar uma comunidade de práticas que favoreça a continuidade do trabalho e intercâmbios futuros entre os participantes.

III. Destinatários

O curso está direcionado a diplomatas de carreira que desenvolvam funções consulares. Podem ser de funcionários de Consulados Gerais ou Agências Consulares de países sul-americanos que, por sua vez, tenham representação em países da região sul-americana. Espera-se que os funcionários participantes possam compartilhar os conteúdos aprendidos e as discussões com o resto do pessoal diplomático da Agência Consular ou Consulado Geral de origem.

Cerca de 40 funcionários provenientes dos diferentes países da América do Sul participarão do curso.

IV. Duração, metodologia de trabalho e avaliação

O curso terá uma duração de nove semanas. A demanda de leitura e participação será de aproximadamente 6 horas semanais. O curso está estruturado em nove aulas.

O objetivo da aula introdutória é fazer com que os participantes se conheçam e se familiarizem com o formato virtual, o uso das diferentes ferramentas de trabalho disponíveis, o programa do curso, a metodologia de trabalho e o método de avaliação. Também será uma instância de apresentação entre os participantes.

As aulas de 1 a 7 abarcarão os diferentes conteúdos do curso e estarão divididas em dois módulos. No primeiro módulo serão abordados aspectos introdutórios sobre o direito internacional dos direitos humanos e a proteção dos direitos das pessoas migrantes, características gerais dos movimentos migratórios regionais, reflexões em torno da ideia de construção de uma cidadania regional e aspectos relacionados à incorporação da perspectiva de gênero e gerações. O segundo módulo estará dirigido especificamente à abordagem das funções consulares desde sob uma perspectiva de direitos humanos, a partir do tratamento de temáticas como a privação da liberdade das pessoas migrantes, o acesso aos serviços sociais, o tráfico de pessoas e a institucionalidade pública em direitos humanos relacionada às migrações.

Para cada uma das aulas, haverá um material bibliográfico de caráter obrigatório e se sugerirá bibliografia complementar de apoio. A última aula (aula nove) estará dirigida à avaliação dos conhecimentos adquiridos durante o curso.

Propõe-se uma metodologia de trabalho colaborativa entre os(as) funcionários(as) públicos(as) participantes do curso. Através de estratégias de aprendizagem horizontais, os(as) participantes poderão debater e trocar experiências. Por sua vez, serão fomentadas uma posterior geração de trabalho em rede e a formação de comunidades de prática baseadas nas experiências dos(as) funcionários(as) em seu dia a dia.

V. Conteúdos do curso e bibliografia

Aula introdutória:

Apresentação do curso e dos(as) participantes. Familiarização com o formato virtual, o uso das diferentes ferramentas de trabalho disponíveis, o programa do curso, a metodologia de trabalho e o método de avaliação.

Módulo 1: *Marco conceitual de direitos humanos e migração*

Aula 1: Aspectos introdutórios sobre os direitos humanos e os movimentos migratórios: articulações e interseções

- O direito internacional dos direitos humanos e a proteção das pessoas migrantes.
- Obstáculos e desafios do direito humano a migrar.
- Causas estruturais da migração regional. Aspectos básicos do desenvolvimento histórico dos movimentos migratórios regionais: continuidades e novas tendências.

Bibliografia obrigatória:

- Martínez Pizarro, Jorge. “Migración internacional, derechos humanos y desarrollo”. CEPAL. Pág. 25-53 / 98-116.
- Lenin Mondol Lopez. “Políticas públicas migratorias: consideraciones preliminares para su discusión”, Estado actual y perspectivas de las políticas migratorias en el MERCOSUR. FLACSO. Uruguay, 2010. Pág.17-22.

Bibliografia complementar:

- Fagundes Jardim, Denise. “Os direitos humanos dos imigrantes: reconfigurações normativas dos debates sobre imigrações no Brasil contemporâneo”.
- García, Lila. “Estándares migratorios en el Sistema Interamericano de Derechos Humanos y Derecho a migrar en Argentina”, Revista de Derechos Humanos, Año II, Número II, Buenos Aires, marzo 2013. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación y Sistema Argentino de Información Jurídica –Infojus- (Publicado no Banco de Dados INFOJUS, Sistema Argentino de Informação Jurídica, www.infojus.gov.ar).
- Ermida Uriarte, Oscar (2009) “Derecho a migrar y derecho al trabajo”, en VV.AA. Las migraciones humanas en el MERCOSUR. Una mirada desde los derechos humanos. Montevideo: Observatorio de Políticas Públicas de Derechos Humanos en el MERCOSUR.
- Folheto Informativo 30 O Sistema de Tratados das Nações Unidas. Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos
- Folheto informativo nº 24/Rev.1 - A Convenção Internacional sobre os Trabalhadores Migrantes e seu Comitê. Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos

Aula 2: O enfoque de direitos humanos: Dimensões e tensões em torno à construção de cidadania

- Tensões entre a noção de cidadania e a universalidade dos direitos humanos.
- O enfoque de direitos na construção de uma cidadania regional.
- Os avanços regionais para a construção de uma cidadania regional: acordos normativos e planos de trabalho em nível MERCOSUL e UNASUL

Bibliografia obrigatória:

- Ceriani Cernadas, Pablo. “Apuntes críticos sobre derechos humanos, migraciones y libre circulación de personas en el MERCOSUR”, Revista de Derecho Migratorio y de Extranjería, n° 29, Madrid, Ed. Lex Nova, 2012. Pág. 83 a 118.
- Livre circulação de trabalhadores, cidadania regional e direitos humanos de migrantes. Relatório Painel de Debate do Fórum Mundial de Direitos Humanos. Brasília, Brasil. IPPDH, 2013.

Bibliografia complementar:

- Ferrajoli, Luigi, “De los derechos del ciudadano a los derechos de la persona, en Derechos y garantías”. La ley del más débil, prefácio de Perfecto Andrés Ibañez, tradução espanhola de Perfecto Andrés Ibañez e Andrea Greppi, Trotta, Madrid, 1999. Pág. 97 a 124
- Caetano, Gerardo, “Distancias críticas entre ciudadanía e instituciones. Desafíos y transformaciones en las democracias de la América Latina contemporânea”. Capítulo do livro El MERCOSUR de las políticas públicas regionales. CEFIR. Montevideo, 2012.

Aula 3: O enfoque de gênero e gerações como ferramenta de inclusão

- Padrões aplicáveis à proteção e garantia dos direitos das mulheres no contexto migratório.
 - Instrumentos de direitos humanos para a proteção das mulheres e crianças migrantes que se desempenham como trabalhadoras domésticas.
- Padrões aplicáveis à proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes.
 - Esforços regionais para a proteção de crianças e adolescentes migrantes: o trabalho do MERCOSUL.

Bibliografia obrigatória:

- Comité de Protección de los Derechos de todos los Trabajadores Migratorios y de sus Familiares. Observación general N° 1, sobre los trabajadores domésticos migratorios. 23 de febrero de 2011
- Corte Interamericana de Derechos Humanos. Parece Consultivo OC-21/14. “Direitos e Garantias de Crianças no Contexto da migração e/ou em necessidade de proteção internacional”. Resumo oficial emitido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Bibliografia complementar:

- Comité de Derechos del Niño, Observación General No. 6, (2005), Trato de los menores no acompañados y separados de su familia fuera del país de origen, CRC/GC/2005/6
- Estudio sobre los estándares jurídicos básicos aplicables a niños y niñas migrantes en situación migratoria irregular en América Latina y el Caribe. UNICEF-UNLA.
- Políticas migratorias, movilidad humana y derechos de la niñez en América Latina y el Caribe, con E. Alonso y A. Morlachetti, en ACNUR-Lettieri, M. (ed.), Protección de Refugiados en el Sur de Sudamérica, Ed. UNLA, Buenos Aires, 2012.
- Corte Interamericana de Derechos Humanos, caso Yean y Bosico c. República Dominicana, sentencia de 8 de setembro de 2005
- IPPDH (2012). La Implementación de los Acuerdos del Mercosur Relativos a la Protección de los Derechos de los Niños, Niñas y Adolescentes Migrantes. Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL, julho 2012.

Módulo 2: As funções consulares sob a perspectiva dos direitos humanos

Aula 1: Situações de detenção e privação da liberdade de pessoas migrantes

- Aproximação ao contexto regional em matéria de detenções e privações de liberdade no contexto de procedimentos migratórios.
- Devido processo legal e acesso à justiça com ênfase em casos vinculados a procedimentos migratórios.

- Excepcionalidade da privação da liberdade em caso de irregularidade migratória.
- Padrões propostos pelos países do MERCOSUL quanto à proibição da privação da liberdade no caso de crianças e a proteção do direito à vida familiar.
- A função consular e a proteção de direitos das pessoas migrantes privadas de liberdade.

Bibliografia obrigatória:

- Corte Interamericana de Derechos Humanos. Opinión Consultiva 21. Derechos y Garantías de Niños y Niñas en el contexto de la migración y/o en necesidad de protección internacional. 19 de agosto de 2014. Parrágrafos 144 a 160
- Corte IDH, Caso Vélez Loo Vs. Panamá, Sentencia de 23 de Noviembre de 2010. Serie C, No. 218. Resumen oficial emitido por la Corte Interamericana de Derechos Humanos.
- Corte IDH, OC-16/99, sobre el Derecho a la Información sobre la Asistencia Consular en el Marco de las Garantías del Debido Proceso Legal. Pág. 66-73.

Bibliografia complementar:

- Comité de Derechos Humanos. 27o período de sesiones (1986) Observación general No 15 La situación de los extranjeros con arreglo al Pacto.
- Corte IDH, Caso Vélez Loo Vs. Panamá, Sentencia de 23 de Noviembre de 2010. Serie C, No. 218.
- CIDH, Principios y Buenas Prácticas sobre la Protección de las Personas Privadas de Libertad en las Américas. Marzo de 2008.
- Informe del Relator Especial sobre los derechos humanos de los migrantes. A/65/222. 3 de agosto de 2010.

Aula 2: Acesso a serviços sociais das pessoas migrantes nos países de destino.

- Padrões Internacionais em matéria de proteção de direitos econômicos, sociais e culturais das pessoas migrantes.
- O acesso a direitos econômicos, sociais e culturais das pessoas migrantes nos países da região: marcos normativos e práticas.

- Normas e mecanismos de controle migratório que afetam a realização de direitos sociais: limites e desafios da assistência consular.

Bibliografia obrigatória:

- Ceriani Cernadas, Pablo, “Migrantes, Derechos Sociales y Políticas Públicas en América Latina y el Caribe: la universalidad en juego”, en Derechos sociales: justicia, política y economía en América Latina. ARCIDIACONO, Pilar; ESPEJO Nicolás y RODRIGUEZ GARAVITO (coordinadores), Cesar, Siglo del Hombre editores, Bogotá, 2010.

Bibliografia complementar:

- Observación General Nº 20. La no discriminación y los derechos económicos, sociales y culturales. E/C.12/GC/20. 2 de julio de 2009.
- Comité para la Eliminación de la Discriminación Racial, Observación general Nº 30 (2004) sobre los derechos de los no ciudadanos. 65 período de sesiones, 2004.
- Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos del MERCOSUR (IPPDH) “La implementación de los Acuerdos del MERCOSUR relativos a la protección de los derechos de niños, niñas y adolescentes migrantes. Diagnóstico y lineamientos para la acción” Año 2012.

Aula 3: O delito de tráfico de pessoas internacional com fins de exploração sexual e de trabalho.

- Marco normativo internacional sobre o delito de tráfico de pessoas.
- Tráfico de pessoas
- A vítima no tráfico de pessoas
- Panorama regional quanto ao delito de tráfico de pessoas com fins de exploração sexual e de trabalho.
- Os marcos normativos e guias de atuação regionais: os desafios de sua implementação.
- Alcance das políticas de gestão consular perante casos de acompanhamento e assistência às vítimas; acompanhamento no processo judicial e vinculação com o país de origem.

Bibliografía obligatoria:

- Diagnóstico regional en mujeres víctimas de trata con fines de explotación sexual en el MERCOSUR. Págs. 29-55
- Guía de actuación regional para la detección temprana de situaciones de trata de personas en pasos fronterizos del Mercosur y Estados Asociados

Bibliografía complementar:

- Organización Internacional para las Migraciones. Curso introductorio sobre protección de poblaciones migrantes en condición de vulnerabilidad: manual para el (a) facilitador (a). San José, C.R.: OIM, 2012.
- Principios y directrices recomendados sobre los derechos humanos y la trata de personas Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (E/2002/68/Add.1). 20 de mayo de 2002.

Aula 4: Articulações e vinculações interinstitucionais orientadas a melhorar as condições de vida das pessoas migrantes.

- A construção de uma institucionalidade pública sustentada em direitos.
- Articulações interinstitucionais no interior dos Estados e entre os Estados de origem, trânsito e destino de migrantes.
- O papel dos consulados como gestores e coordenadores da organização social da comunidade e promotores dos direitos fundamentais no contexto da mobilidade humana.

Bibliografía obligatoria:

- Abramovich, Victor, Una aproximación al enfoque de derechos en las estrategias y políticas de desarrollo. Revista de la CEPAL 88. Abril 2006.
- Cunill Grau, Nuria “Las políticas con enfoque de derechos y su incidencia en la institucionalidad pública”. Disponible em: <http://old.clad.org/portal/publicaciones-del-clad/revista-clad-reforma-democracia/articulos/046-febrero-2010/cunill>

Bibliografía complementar:

- “Ganar derechos. Lineamientos para la formulación de políticas públicas basadas en derechos”. IPPDH, 2014.

- Abramovich, Víctor y Pautassi, Laura. El enfoque de derechos y la institucionalidad de las políticas sociales. En: Abramovich, Víctor y Pautassi, Laura (comp.). La revisión judicial de las políticas sociales. Estudio de casos. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2009.

Aula final: Avaliação final.

Bibliografía de referência para todo o curso:

- Convención internacional sobre la protección de los derechos de todos los trabajadores migratorios y de sus familiares
- Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional
- Protocolo de las Naciones Unidas para Prevenir, Reprimir y Sancionar la Trata de Personas, especialmente Mujeres y Niños
- Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
- Protocolo Facultativo da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
- Convenção sobre os Direitos da Criança
- Convenção Americana sobre Derechos Humanos
- Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Derechos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais, “Protocolo de San Salvador”
- Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher, “Convenção de Belém do Pará”
- Corte IDH, Condición Jurídica y Derechos de los Migrantes Indocumentados. Opinión Consultiva OC-18/03 del 17 de septiembre de 2003.
- Corte IDH, OC-16/99, sobre el Derecho a la Información sobre la Asistencia Consular en el Marco de las Garantías del Debido Proceso Legal.
- Corte IDH. Derechos y garantías de niñas y niños en el contexto de la migración y/o en necesidad de protección internacional. Opinión Consultiva OC-21/14 de 19 de agosto de 2014. Serie A No. 21
- UNASUL/CJEG/DECISÃO/Nº 8 /2012. Ciudadania Sul-americana.
- Acuerdo RMI N°13/02 “Residencia para Nacionales de los Estados Partes del MERCOSUR” Acuerdo RMI N°14/02 “Residencia para Nacionales de los Estados

Partes del MERCOSUR, Bolivia y Chile” aprobados por MERCOSUR/CMC/ DEC. N°28/02 en Brasilia el 6 de diciembre de 2002. Disponible em http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid=3963&site=1&channel=secretaria

- MERCOSUL/CMC/DEC. N° 64/10. Estatuto de Cidadania do MERCOSUL e seu correspondente Plano de Ação
- Plano Estratégico de Ação Social (PEAS). MERCOSUL/CMC/DEC.N°12/11